

PARA UMA ANTROPOLOGIA DIFERENTE...

Quando no ano lectivo de 1975/76, começámos, num dos cursos de após-graduação, o ensino de Antropologia Cultural na Universidade Nova de Lisboa, muitos dos alunos ficaram deveras surpreendidos com o nosso estilo de linguagem e, particularmente, com a natureza das analogias de tipo transdisciplinar que empregávamos para explicar determinados fenómenos ou factos sociais e culturais. Era corrente, durante as sessões de trabalho, referirmo-nos a expressões ou noções de Etologia, da Biologia moderna, da Termodinâmica, da Física e da Química Modernas, da Cibernética, das Matemáticas modernas, tais como os cálculos integral, matricial e distribucional, teoria dos números, etc., da mecânica estatística e da quântica, da teoria e da dinâmica dos sistemas, da Psicologia das condutas ou dos comportamentos, enfim, quase que tocávamos todas as ciências e muita gente pensou que marginalizávamos o ramo da nossa especialidade. Não foi trabalho baldado: a pouco e pouco fomos sendo compreendidos. A nossa preocupação era mostrar e demonstrar que a *atitude científica* não pode ser unidisciplinar no mundo em que vivemos: ela terá de afastar igualmente o fantasma da interdisciplinaridade para se lançar na transdisciplinaridade, que nada mais é do que uma característica-elemento constitutivo da sociedade tecnológica de que fazemos parte. Pensamos que a atitude científica em Ciências Sociais e Humanas, terá de ser cada vez mais transdisciplinar porque *toda a ciência é social*: é o Homem o cientista e o Homem é um ser social!

Evidentemente, as nossas interpretações constituem pura e simplesmente uma óptica, uma forma de ver, nada queremos

impor; antes pelo contrário, esperamos que nos corrijam se estivermos errados ou desviados do caminho certo. Ter-se-á de compreender que, embora haja quem defenda ou possa falar de um sistema epistemológico próprio da Antropologia, não há dúvidas de que, cada Antropólogo (ou outro qualquer profissional da ciência) reflecte, nos seus esquemas teóricos e explicativos, as suas tendências pessoais, produtos da sua carga histórico-formativa, da sua experiência de terreno e da sua própria vida. Mas, também, é fora de dúvidas que, como cientista que pretende ser, deve tentar horizontes cada vez mais amplos, abrir portas e novas sendas, situar as pessoas em campos problemáticos cada vez mais vastos e levá-las a uma acção auto-centrada, em que a tónica do ensino seja mais do sujeito-aluno do que o agente-professor. Com a nossa estratégia, não pretendíamos inovar, pois tais métodos já têm sido adoptados noutras latitudes. Inovar é sempre difícil em qualquer tipo de sociedade, seja de «consumo» ou «des loisirs», «arcaica», «arcaizante» ou «tradicional»; incorre-se em perigos de incompreensão, de crítica não construtiva, de sanções ou pressões sociais, emolduradas tão frequentemente no plano de fundo do tradicionalismo que impregna qualquer sociedade, muito especialmente a nossa, habituada a movimentar-se segundo capelas e casulos científicos. Contudo, achamos que deveríamos correr o risco, pois o cientista não deve amoldar-se ou acomodar-se à realidade social em que vive e que geralmente é ideológica: deve ultrapassar esta, efectuar saltos no desconhecido, na condição de que tais saltos sejam enquadrados por um sistema lógico e racional, mas dentro do possível. Se assim não fosse, que seria das denominadas matemáticas modernas ou da física einsteiniana? É certo que a Ciência não é Arte. Ela não é Arte, mas não haverá uma Arte da Ciência?

Durante os cursos que ministrámos, socorriamo-nos de discursos que nada tinham a ver com a Antropologia Social ou Cultural ou mesmo com outras Ciências Sociais e Humanas. Não fomos à Biologia, nem a SPENCER porque somos um neo-darwinista, um neo-evolucionista ou mesmo um neo-spenceriano. Não. As teses da moderna biologia são fascinantes mas não chegam para suplantam as nossas ideias sobre o fenómeno social. Antes, têm servido de apoio, de muletas,

para completar e ajudar a incursão no social. As noções de sistema, de ecossistema, de vida, de ser vivo e suas características, de organismo vivo, de Natureza têm muito que ver com noções análogas utilizadas em Antropologia; assim como a Física pode ajudar a esclarecer certos fenómenos sociais e culturais por intermédio de conceitos tais como universo, macro e micro-mundos, energia e entropia (domínio da termodinâmica), composição e estruturas da Natureza (teoria dos *quanta*), relatividade (teoria da relatividade), informação e controlo (Cibernética). As reacções dos componentes da célula, as funções das proteínas e dos ácidos nucleicos (constituição celular), a *emergência* (uma característica da célula) que implica a reprodução e multiplicação de estruturas ordenadas sumamente complexas e permite a criação evolutiva de complexidade crescente, a *teleonomia* (outra característica de célula) que implica igualmente a sobrevivência do indivíduo ou da espécie, quer dizer, que lhe confere um projecto para o futuro, tudo isso, todo este conjunto de noções e conceitos utilizados prudentemente pelos cultores das Ciências Sociais e Humanas, pode ajudar a afastar os salpicos de ideologia contidas frequentemente em muitos sistemas epistemológicos ou discursivos destes ramos de conhecimento que, presentemente, se encontram em movimento inflaccionário desmedido. E os cientistas sociais necessitam de se entender para afastarem o fantasma da alienação ideológica.

Dizer ou afirmar que as sociedades humanas constituem universos ou micro-universos inseridos no macro-universo da humanidade e que tais universos são dotados de energia, que é função de movimentos e de acções específicas; que a energia de uma sociedade é função de uma situação, produto de um desafio-resposta em que o meio natural, a História e a tecnologia são elementos que teremos de levar em linha de conta para compreender o quotidiano cultural, não nos parece descabido, então, tecer analogias com a bio-química: a acumulação de energia (no sentido histórico) seria o *anabolismo* de uma sociedade e a libertação de energia seria o seu *catabolismo* (a sua expansão cultural e económica), ambos constituiriam o *metabolismo* que traduziria o seu funcionamento, através do qual chegaríamos aos mecanismos de contacto, absorção, integração, assimilação em todos os quadrantes.

A energia desenvolvida por qualquer sociedade não se perde, transforma-se e transfere-se, é aproveitada por outros elementos, não só internos ao nosso grupo, mas também externos ao nosso grupo; por outro lado, a «energia» de qualquer sociedade tende sempre a aumentar (só pode aumentar); quer dizer: as sociedades vivem de sistemas que se complexificam sistematicamente; à *ordem*, procura de *entropia mínima* ou de equilíbrio situacional, opõe-se a *desordem* que se traduz por rupturas e descontinuidades, sem as quais nenhum grupo humano seria dinâmico e sobreviveria; o contrário constitui *entropia máxima* que é a morte de qualquer sistema; as sociedades não morrem, transformam-se. Aqui, igualmente, uma outra analogia nos ocorre. Tais transformações efectuam-se por aquilo que denominamos libertação de energia, mas os mecanismos de mudança (ou de transferência) realizam-se em função de leis que servem não só para explicar as mudanças, como também se verificam em qualquer acção social: a *lei de menor esforço* que nada mais é do que uma derivada dos dois grandes princípios da termodinâmica. É certo que o princípio de CARNOT impõe a probabilidade da desordem crescente, mas o facto é que, em qualquer sistema social, se a desordem tende a aumentar, não há dúvidas de que as características de *emergência* e de *teleonomia* atrás citadas, fazem com que a probabilidade da ordem também aumente — são os mecanismos de controlo social que nos conduzem a esta situação. Por consequência, temos *ordem* e *desordem*, dois princípios sociais antagónicos que andam a par e que contribuem para o equilíbrio dos sistemas do nosso tipo. Quanto maior for a *entropia social*, mais tendem a aumentar os mecanismos de controlo e de repressão: a sociedade, como o Homem, constitui um sistema vivo que se auto-regula e se auto-controla. A diversidade, a variedade, a elasticidade e a complexidade, são elementos constitutivos da ordem social; mas a iminência latente de desintegração é também uma constante, traduzida por condutas imprevisíveis, pela competição, pelo conflito, pelas tensões, explícitas ou implícitas no interior dos paradigmas que vão conferir ao sistema social, a sua natureza dinâmica de complexo dotado de vida e de energia e que se reorganiza permanentemente.

Entropia/função de estado, função de estado/quantidade *quanta*: MAX PLANCK descobriu que a energia não é um *contínuo* mas composta de *magotes* (pacotes), daquilo que intitulou *quanta*, com proporções bem definidas. Com a sua descoberta, alterou a visão da Natureza do séc. XIX: o universo já não é compacto, cerrado, organizado como uma máquina que só produz *coisas idênticas* — a Natureza é replicativa e produz simplesmente *coisas semelhantes*, cujos efeitos se situam na órbita de tendências, por isso, estatísticos e não matemáticos, como no caso de uma máquina. Este novo paradigma, é-nos demonstrado pelo «princípio de incerteza» de HEISENBERG que contém em si apenas probabilidades, pelas quais se estabelecem ainda as denominadas *leis do acaso* ⁽¹⁾, menos correntes que as ditas *causais*, mas, contudo, igualmente rigorosas. Que riqueza de noções e de conceitos e que semelhanças com as que se podem retirar dos fenómenos humano-socio-culturais! A Cibernética lembra-nos o controlo social, a organização, a comunicação e a própria instituição social, como conjunto de elementos distintos agrupados em torno de uma finalidade: esta última assenta na regra ou nas regras que orientam a associação de tais elementos ou de indivíduos dentro do sistema institucional; por mais complexa que seja a sua organização, existe sempre nela uma *ordem que ordena* as relações entre os elementos. A noção de sistema cibernético aproxima-nos da de estrutura que implica totalidade, regra, transformação, auto-regulação ou auto-definição do sistema. A Cibernética assenta na interdisciplinaridade e segundo NOBERT WIENNER, o pai deste nível de conhecimento, a sociedade só pode ser compreendida através de um estudo de mensagem e das facilidades de comunicação de que essa mesma sociedade possa dispor. Constrói todo o seu edifício teórico (e prático) em duas categorias fundamentais: *comunicação* e *controlo*, que utilizam aquilo que se denomina *informação*, ideia que está a tomar o lugar das de *energia* e de *trabalho*, da mecânica clássica e da termodinâmica. Aquelas duas categorias que, afinal de contas, são princípios encontrados em qualquer sistema vivo, estão sempre em luta

⁽¹⁾ Em Antropologia poderíamos dizer que o *acaso* é uma espécie de *escolha* entre várias possibilidades que uma sociedade oferece.

contra a tendência para a degradação orgânica da Natureza: a *entropia*, tendência sempre implícita em qualquer transmissão de mensagens, igualmente acompanhada de uma determinada erosão ou dissipação da informação que a própria mensagem contém. Aqui, o segundo princípio da termodinâmica é facilmente verificável.

Parece-nos que os princípios da termodinâmica, particularmente o segundo, são extremamente úteis. Aplicados às explicações e discursos das Ciências Sociais e Humanas, ajudam-nos a compreender melhor os fenómenos de rupturas e de controlo nos sistemas sociais. Todavia, deve ser sublinhado, que esta segunda lei — entropia do universo só pode aumentar — é somente válida para qualquer organismo do tipo das sociedades humanas, se pensarmos que estas possuem os seus esquemas de defesa ou de resistência à tendência para a desorganização. Quer dizer, qualquer sistema vivo, tal qual a sociedade, contém em si zonas ou patamares, onde se organizam os tais esquemas obstaculizantes à desordem. Na máquina, ou nos sistemas mecânicos, esses esquema denominam-se *feed-back* ou *realimentação* e não são mais do que formas de ajustamento a um comportamento futuro, subordinadas a um projecto presente: procura-se a eficácia final por intermédio de um constante *re-ajustamento*. Na sociedade, o *feed-back* é desempenhado pelos sistemas de controlo, sistemas de censura ou de repressão, tais como a educação, o poder, a justiça, as hierarquias sociais, o governo, as categorias sociais (a posição, o prestígio, etc.), a propriedade e a própria sexualidade.

Parece-nos evidente a utilidade das analogias que acabamos de apresentar e seria fastidioso avançarmos mais. Ninguém presentemente, põe em dúvida a necessidade de transdisciplinaridade das Ciências Sociais e Humanas que estão a sair dos seus casulos epistemológicos e práticos, para se integrarem num espírito mais universalista, característica das ciências que até aqui se têm chamado positivas ou exactas. A transdisciplinaridade é uma necessidade imperiosa que conduzirá à melhor compreensão do Homem e das suas obras que são, afinal, a cultura no sentido pleno.

Embora tenhamos tendência para ser um estruturalista, foi dentro dessas linhas de analogias constantes com ciências situadas fora do âmbito da Antropologia, em particular, que tentámos inúmeras explicações no ensino da Antropologia Cultural e Introdução às Ciências Sociais que ministrámos na antiga área das Ciências Humanas e Sociais, hoje Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Assim, fomos produzindo grades, textos-guias que, de vez em quando, íamos fornecendo aos nossos alunos. Temos a intenção de os publicar ⁽²⁾ por dois motivos: por um lado, pedidos variados que têm surgido, por outro, por sabermos que de autor português, não existe editada uma Antropologia ⁽³⁾. Há, sim, inúmeros trabalhos esparsos e traduções de estrangeiros. É claro: não pretendemos que a obra seja um manual de Antropologia (longe de nós a ideia), tanto mais que o seu conteúdo não lhe confere tal estatuto. Pretendemos, sim, abrir portas e fornecer algumas pistas ao *iniciando* e porventura ao *iniciado* levantar algumas questões, que nos parecem pertinentes, e colocá-las em campos problemáticos. Para estes últimos não devemos trazer novidades e esperamos que sejam compreensivos, pois a intenção primeira é a de fornecer um instrumento de trabalho pouco sofisticado a quem pretende fazer incursões neste domínio. Para os cientistas não-sociais (os das ciências exactas), esperamos que as nossas definições não os choquem, habituados que estão a um certo rigorismo, mas, realmente, a obra não passará de um ensaio que contém (estamos conscientes disso) inúmeras imprecisões. Mas... somos partidários do aforismo; o óptimo é inimigo do bom. Para os literários ou das ciências literárias, pensamos que a nossa linguagem não será a mais adequada dentro dos cânones do português, mas terão de nos relevar as faltas, pois, como Antropólogo, que *se preocupa em explicar-se*, preocupamo-nos mais com as conotações e

(2) Publicados já em «Antropologia ou Entropologia», Imprensa Nacional, Lisboa, 1978.

(3) Em vão temos aguardado que o magnífico texto da sebenta do malogrado prof. Jorge Dias, nosso Amigo e Mestre, seja publicado.

os sentidos das expressões e sintagmas do que com a pureza e o estilo.

* * *

Começámos o curso com uma sessão cujo conteúdo constituiu, a bem dizer, o retrato da nossa posição como Antropólogo. Poucas inovações. A única «novidade» que aí apresentámos foi o facto de afirmarmos que o Homem possui «quatro naturezas». Tratou-se, muito simplesmente, de um artifício epistemológico, de uma estratégia operatória e explicativa.

Na sessão seguinte fornecemos um conjunto de notas sobre a Ideologia. Muito teórica. Foram pensadas e elaboradas no ano de 1975 quando, neste país, em pleno «PREC» ⁽⁴⁾, as ideologias marxistas (e outras) estavam em voga e ia-se ao ponto de confundir uma *atitude puramente ideológica* com uma *atitude estritamente científica*. Teve como finalidade demonstrar ou mostrar ao estudante, como se pode praticar uma Antropologia transdisciplinar (ou fundamental?) que se afastasse dos modelos tradicionais tão usuais no nosso país.

Pode dizer-se que as sessões subsequentes foram o ponto central das nossas reflexões. O objectivo foi fornecer ao estudante algumas pistas para o estudo da cultura e, por outro lado, tentar debater a posição e situação actuais da Antropologia e do Antropólogo, este como cientista que se situa sobretudo nas rupturas socio-culturais para compreender o quotidiano, esse quotidiano que não nos é transparente porque os seus aspectos mais dominantes são encontrados no mundo do inconsciente ou do não-consciente. É nesse sentido que a Antropologia pode ainda ser definida como «a consciência do não-consciente». Procurámos aí introduzir noções de ordem e desordem, entropia e entropia mínima. A novidade (será novidade?) que trouxemos e trazemos é o facto de pensarmos que para além da Antropologia (tomada no seu sentido corrente), pode-se ainda falar numa *Entropologia*, ciência susceptível de ser igualmente relacionada com o Homem.

(4) Processo revolucionário em curso.

Quanto às outras sessões, os seus conteúdos não passaram, talvez, de exercícios epistemológicos com algumas tomadas de posição crítica, baseada, evidentemente, na nossa experiência de terreno.

No final das sessões, introduzimos uma espécie de apêndice em que apresentámos um perfil muito sucinto de CLAUDE LÉVI-STRAUSS e da sua obra. A razão do perfil é quase óbvia: complemento da matéria sobre a noção de estrutura e ainda porque nós próprios seguimos muito as teorias desse grande pensador que foi nosso professor.

No princípio das sessões entregámos aos alunos um projecto-plano do nosso curso, acompanhado da bibliografia considerada mais significativa para cada capítulo do mesmo projecto.

MESQUITELA LIMA